



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E INCLUSÃO

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 29 de janeiro de 2025

11:30 Horas

ORDEM DO DIA

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 43, de 15 de janeiro;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado relator e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- [Proposta de Lei n.º 43/XVI/1.ª \(GOV\)](#) — Procede à transposição da Diretiva (UE) 2022/2041, relativa a salários mínimos adequados na UE, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Relatora: Deputada Ana Bernardo (PS)

- [Projeto de Lei n.º 168/XVI/1.ª \(BE\)](#) — Compatibiliza a idade mínima para prestar trabalho com o termo da escolaridade obrigatória;

Relator: Deputado Paulo Edson Cunha (PSD)

4. Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 133/XVI/1.ª](#) — Criação de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada física, auditiva, visual e/ou intelectual, da iniciativa de Ana Queirós e outros (com 157 assinaturas);

Relator: A designar pelo GP do PSD

5. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A.) Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, da empresa High Point -Administração & Formação, Sociedade Unipessoal, Lda., do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Portaria, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas, da Autoridade para as Condições do Trabalho e do Ministro das Infraestruturas e Habitação, sobre a situação laboral dos trabalhadores da empresa High Point, Lda., em conexão com a Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação;

B.)Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL para audições urgentes, no âmbito do Relatório n.º 17/2024 do Tribunal de Contas, sobre a «Auditoria do “Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social”», do Tribunal de Contas, na figura da sua Presidente, e a respetiva equipa de Coordenação e Supervisão do Relatório; de José António Vieira da Silva, anterior Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre 2015 e 2022; de Ana Mendes Godinho, anterior Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre 2022 e 2024; e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho.

6. Outros assuntos.